

As paredes que tem voz: história do Museu Histórico Abílio Barreto

Autor: André Cruz Moreno Siqueira¹

Rua Colômbia, 300 apto 101 Bairro Sion – Belo Horizonte MG

(31)84009135 acruz.siqueira@gmail.com

Autora: Bianca Retes Carvalho²

Rua Flor de Índio, 100 apto 304 bloco C Bairro Liberdade – Belo Horizonte MG

(35)92225252 biaretetes@hotmail.com

Este artigo visa o estudo da sede da Fazenda do Leitão, construída em 1893, enfatizando suas atribuições distintas através de processos históricos e sua constituição, em 1940, no primeiro museu de Belo-Horizonte: o Museu Histórico Abílio Barreto. O objetivo é fazer um questionamento crítico em relação à escolha de tal edificação para a fundação do museu e a mensagem que se passa através desta opção, entendendo que os prédios onde os museus se encontram instalados representam eles mesmos a conjuntura e o projeto político da sociedade que lhes deu origem (BITTENCOURT, 2004). Diante desta análise, pretende-se debater por quais motivos a estrutura foi escolhida para sediar o primeiro museu da cidade; e de que maneira a casa, entendida enquanto cultura material que (trans)forma a realidade, dialoga com os atores sociais e com as diferentes representações construídas historicamente por e sobre ela (ZARANKIN, 2002).

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Patrimônio; Arqueologia da Arquitetura, Museologia.

This article intends to study the head office of the “Fazenda do Leitão”, built in 1893, the focus is in the different uses along the historical process and their constitutions, in 1940, in the first historical museum of Belo Horizonte: the “Museu Histórico Abílio Barreto”. The objective is give a critical look about the choice of this building for the foundation of the museum and the message that is passed through this choice, understanding that the buildings where the museums find themselves represent the conjecture and the political project of the society that they represent (BITTENCOURT, 2004). We analyzed by which reasons the structure in question was chosen to be the headquarters of the first museum of the city; and in which ways the house, perceived here as material culture who (trans)form the reality, deals with the social actors and with the different representations historical built about and for her (ZARANKIN, 2002).

Key-words: Historical Archaeology; Heritage; Archaeology of Architecture, Museology.

Este artículo tiene como objetivo estudiar la sede de la “Fazenda do Leitão”, construida en 1893, enfatizando sus potestades diferenciadas a través de procesos históricos y su incorporación en 1940, en el primer museo de Belo Horizonte: el

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFMG e mestrando pelo PPGAN – UFMG em Antropologia com concentração em Arqueologia do Mundo Moderno.

² Graduanda em Antropologia pela UFMG.

“Museu Histórico Abílio Barreto”. El objetivo es hacer una pregunta crítica en relación a la elección de la edificación para la fundación del museo y el mensaje que va con esta opción, con la comprensión de que los edificios donde se instalan museos representan a sí mismos la situación y el proyecto político de la sociedad que dialogar a ellos (BITTENCOURT, 2004). Teniendo en cuenta este análisis, tenemos la intención de discutir las razones por las que se eligió la estructura para albergar el primer museo en la ciudad; y cómo la casa, entendida como cultura material que (trans)fuera la realidad, tiene un diálogo con los agentes sociales y las diferentes representaciones históricamente construidas por y sobre ella (ZARANKIN, 2002).
Palabras clave: Arqueología Histórica; Patrimonio; Arqueología de la Arquitectura, Museología.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a história não ocorreu no passado, mas ocorre no ato presente de selecionarmos, analisarmos e descrevermos a narração que é contada, é possível compreender de que maneira a arqueologia pode funcionar como ferramenta fundamental para gerar perguntas e interpretações alternativas para a história escrita (ZARANKIN, SENATORE, 1996). Assim, neste caso em estudo, a arqueologia pode servir para questionar exatamente quais valores estão sendo reforçados e naturalizados no momento em que este local é escolhido como o primeiro museu da cidade. Esse pressuposto é articulado através da perspectiva da arqueologia enquanto instrumento político (BEAUDRY, 2010) que busca rearticular e dar voz aos “povos silenciados” (WOLF, 1982). Agindo de maneira a perceber os diversos pontos de vista que (co)existiam dentro de um mesmo ambiente e sistematizando tal conceituação através de um análise conjunta dos vestígios materiais e das fontes escritas.

Dada a grande lateralidade da verdade existente nos vestígios escritos, é fácil notar que a centralidade daqueles que a dominam predispõe o discurso científico e local de sua produção – a academia (FOUCAULT, 2008). Com a intencionalidade de desconstruir a macrohistória e oferecer novas perspectivas históricas, buscamos reconstruir os significados das múltiplas vozes da maioria silenciada através da cultura material (WOLF, 1982; BEAUDRY, 2010). Diante do exposto, a ideia é ressaltar como a construção do primeiro museu da cidade reforça certa lógica dominante - na medida em que o museu é considerado enquanto uma instituição científica e, portanto, portadora da verdade histórica – e condena uma realidade, paralela e subordinada ao esquecimento.

Metodologia e discussão teórica

A análise foi consumada em dois diferentes procedimentos, primariamente considerando os diferentes contextos com os quais a construção dialoga através de pesquisas – divididas em micro e macrohistória – realizadas com documentos escritos e uma pesquisa arqueológica utilizando a construção enquanto fonte de informação.

Em considerações da macrohistória, o contexto no qual a casa foi construída, os problemas, a ideologia e os principais valores que estavam em voga na época, refletem nos métodos e no projeto construtivo da estrutura. Além de abranger também o período da reforma da casa e a transformação em instituição museológica com toda sua ressignificação. Já diante da microhistória, as utilizações definidas a casa e seus significados para aqueles que se situavam no espaço, são tratadas de forma a considerar a dinâmica e transformação da história construída por essas próprias pessoas.

A perspectiva arqueológica da pesquisa, que é o foco deste trabalho, se torna um pouco mais ampla devido ao grande diálogo que possui com três áreas da Arqueologia – Arqueologia da Diáspora Africana, devido à força de trabalho escravista dominante na época e na transição para a mão de obra assalariada; Arqueologia da Paisagem, quanto às atribuições socioculturais do ambiente determinantes para a mediação das relações sociais (SOUZA, 2007); e Arqueologia da Arquitetura, visando a estrutura em si e seu sentido. Há também uma multiplicidade de ferramentas metodológicas e autores empregados como referência.

Assim, as maneiras com as quais o indivíduo se relaciona com o mundo não estão simplesmente na mentalidade do mesmo, mas nas relações pessoas-coisas, o que sugere que a cultura material faz parte, efetivamente do *ser-no-mundo*. Desta forma a biografia de um indivíduo, ou de uma construção, ou de um objeto, consistiria nas relações que se desdobram a partir das experiências entre os diferentes atores, bem como dos componentes do ambiente do qual ele faz parte. A história das pessoas são também *histórias espaciais*, na medida em que os lugares são percebidos pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias diárias.

Uma das características do mundo moderno é a concentração da vida social nas grandes cidades, e nestas grandes paisagens artificiais criadas pela humanidade, a arquitetura ocupa um lugar fundamental na vida da pessoal. É dentro de diversas construções que nascemos, vivemos e morremos. A capacidade de controlar o espaço é uma condição para o funcionamento do poder. A arquitetura, como forma de construção física da paisagem

cultural é um dispositivo eficaz para tal fim. Desta forma, entendemos a arquitetura como uma tecnologia do poder (ZARANKIN, 2002) assim como a paisagem humana é construída através de um jogo dialético de dominação e resistência (SHANKS e TILLEY, 1989). Sendo assim, suas manipulações podem ser consideradas como estratégias de perpetuação da estrutura vigente (BOURDIEU, 1977). Nesse contexto, adquirem importância especial as estruturas arquitetônicas vinculadas aos processos de socialização e aprendizado dos indivíduos, por exemplo, moradias, escolas, e incluindo nessas categorias, também os museus (ZARANKIN, 2002). Assim, se entendermos a arquitetura como um tipo particular de linguagem que pode, portanto, ser lida, ao analisarmos seu processo de formação poderemos compreender sua significação ao longo da história. E entendê-la como um espaço de lutas entre poderes e ideologias contrárias.

A ferramenta analítica utilizada para nossas análises foi o método conhecido como sintaxe do espaço, ou modelo gama. Através dessa metodologia, decompomos a planta arquitetônica da casa em diferentes “nós” (*nodes*) e estabelecemos assim, as conexões e comunicações entre os espaços do edifício, gerando uma representação gráfica que possibilitou a produção de dados comparáveis (ZARANKIN, 2002). Este método foi empregado, com sucesso, por Souza (2007), Zarankin (2002), entre outros. Esse método permite que alguns elementos sejam facilmente observáveis, como as características de circulação da estrutura: quais os pontos de acesso, as áreas distributivas e não distributivas (ZARANKIN, 2002); a noção de interesse dos espaços, sendo essa questão definidora para a observação dos espaços rasos, profundos, privados e comuns, e separação de *insiders* e *outsiders*. Com a contribuição do método para a análise dos padrões de movimentos e encontros, é possível auxiliar discussões sobre espaços e temporalidades envolvendo experiências individuais (SOUZA, 2007).

Panorama Geral

A partir de 1831, o processo de abolição da escravidão começou a ganhar força com a aprovação da lei que proibia o tráfico de escravos africanos para o país, e nos anos posteriores, a perspectiva ainda era realizar a transição entre o regime escravista para o regime assalariado de uma maneira gradual, sem causar grandes impactos na economia.

Assim, várias leis foram outorgadas para enfim, em 13 de maio de 1888, a abolição da escravidão no Brasil instaurada através da Lei Áurea. Do ponto de vista econômico, a produção e exportação de café no Brasil teve seu auge no fim do século XIX, junto ao fim do sistema escravista. E quanto a essa exportação, Minas Gerais retinha parte importante do poder econômico da época. Já do ponto de vista político o Brasil também passava por uma radical transformação, já que a monarquia se apresentava em declínio e havia perdido seu último pilar de sustentação ao abolir a escravidão sem indenizar os grandes fazendeiros de café. E em decorrência desse declínio, em 15 de novembro de 1889 foi aplicado um golpe de Estado sob o governo de Pedro II, sendo deposto de sua posição, e instaurada a República dos Estados Unidos do Brasil (BARMAN, 1999). Posteriormente, sendo instituído o governo provisório republicano, liderados por militares escolhidos pelas elites, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

É neste clima de grandes transformações e mudanças, tanto do modo de produção, quanto do governo, quanto da economia; momento este que a elite precisava se reafirmar no poder, que a construção da casa por José Candido Lúcio da Silveira se dá, e é esperado que a casa, como produto social deste tempo, reflita todas estas mudanças e contradições.

O Curral Del Rey e o casarão

Ao longo do século XIX, o arraial do Curral Del Rey manteve sua vida estável e fechada (devido à decadência da atividade mineradora do século XVII e XVIII), predominando uma economia de subsistência e de produção para o mercado local e das vizinhanças, com poucas relações econômicas e culturas com outras regiões. Ao final do século, destacavam-se algumas atividades que prometiam dinamizar a economia do local, como a fábrica de ferro, mas que não produziram desenvolvimento significativo capaz de transformar seu perfil econômico e social.

O abandono de Ouro Preto e a escolha do arraial para a construção da nova capital: Belo Horizonte, no final do século XIX, ocorria simultaneamente ao debate das elites nacionais sobre a urgência de se assegurar para o país as conquistas da modernidade. É válido lembrar que modernizar, segundo os moldes da época, significava romper com as tradições originárias do período colonial, adotando-se um modelo de vida do tipo burguês, urbano e cosmopolita,

incompatível com o mundo rural brasileiro (JULIÃO, 2003).O projeto da futura capital desconsiderou, em parte, a conformação urbana e o mobiliário arquitetônico do “primitivo” Curral Del Rey. Dessa forma, implantou-se a zona urbana em área de topografia diversificada, com traçado simétrico disposto em dupla malha ortogonal, ajustada diagonalmente, com ruas e avenidas largas, sendo a Afonso Pena seu eixo monumental e a Avenida do Contorno a delimitação entre as zonas urbana e suburbana.

Originalmente no interior do perímetro definido pela Avenida do Contorno, o “casarão velho” e as terras da Fazenda do Leitão não puderam escapar do processo de mudança para viabilizar a construção da nova capital. Dessa forma, embora não estivesse livre da desapropriação, o casarão velho foi preservado da demolição.Como estava localizado em área bastante pantanosa, foi necessário alterar o traçado da Avenida do Contorno no seu entorno imediato, visando diminuir os custos de canalização do córrego do Leitão – obra fundamental para a conclusão da urbanização da área central.

Assim, a sede da antiga Fazenda do Leitão foi excluída do perímetro da zona urbana, preservando-se da verticalização e urbanização da nova cidade de Belo Horizonte. Desta forma, o casarão fica abandonado até 1943, quando é novamente trazido à cena da cidade.Neste ano, o então presidente Juscelino Kubitschek, decide modernizar e expandir a cidade em direção à região da Pampulha e áreas adjacentes, como o bairro Cidade Jardim, tirando a cidade dos limites da Avenida do Contorno.

A Fazenda como moradia

A disposição de espaços da casa da Fazenda do Leitão registra o processo de formação de uma concepção de moradia desenvolvido entre os séculos XVII e XIX. Trata-se de um sobrado de dois pavimentos, que à época de sua construção, não tinham ligação interna entre si. A escada que hoje se vê no interior da casa foi introduzida em 1942.

No pavimento térreo, se desenvolviam atividades relacionadas à fazenda como unidade produtiva, um compartimento central amplo e aberto distribuía a circulação para compartimentos menores, lateralmente dispostos, os quais serviam para acomodações de empregados e escravos, guarda de equipamentos e produtos da fazenda, além de abrigar tarefas transitórias. No pavimento superior, se encontrava a residência propriamente dita do fazendeiro e sua família. Pela varanda, disposta em toda a extensão da fachada principal,

havia acesso à sala e, desta última, era possível chegar aos quartos laterais e à alcova, ao centro. Um corredor, à esquerda, fazia a ligação com os outros quartos e a sala de jantar, que se apresentava em nível ligeiramente inferior ao do corpo principal da casa. A partir da sala de jantar, o prolongamento de uma ala dá acesso à cozinha – com informações não definitivas sobre sua localização – e a um cômodo menor, onde provavelmente seria a despensa.

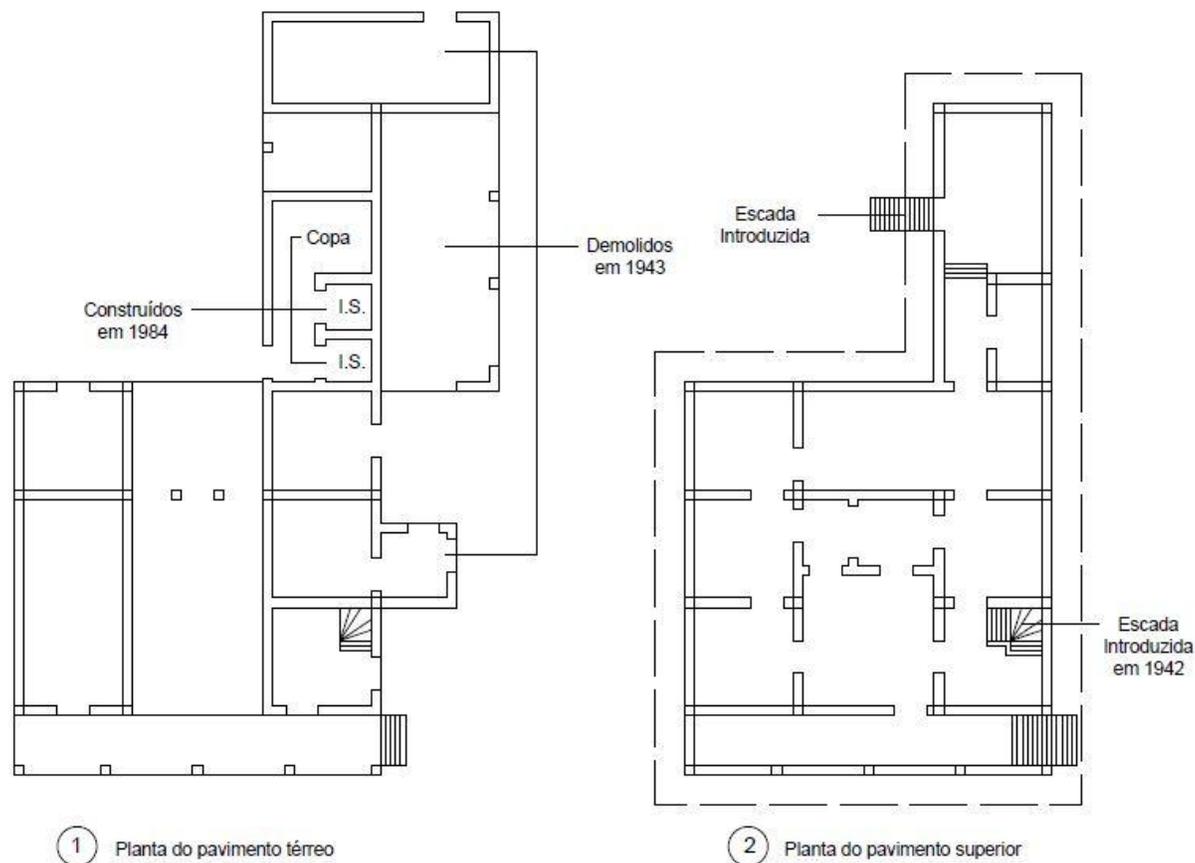


Figura 1: Organização espacial do casarão (adaptação nossa de documento do Acervo Museu Histórico Abílio Barreto)

As construções dessa época não obedeciam a um projeto previamente definido, seguindo um risco básico de planta baixa que muitas vezes se alterava durante a obra ou em fase posterior:

“Na frente instala-se a sala, no meio os dormitórios, constituídos ou não em alcova e, nos fundos, a peça de serviço, as varandas ou cômodos dela originados [...]. São essas varandas posteriores que depois se transformaram em *avarandados* ou em salas de jantar que, ainda hoje, se designam por

varandas mesmo quando destas não se originam [...]” (VASCONCELLOS, 1965; grifo nosso).

Ainda que a descrição feita por Vasconcellos se refira a outra casa urbana, o agenciamento do espaço nas casas rurais no século XVIII seguia o mesmo padrão, correspondendo à organização espacial do sobrado da Fazenda do Leitão que, portanto, retrata uma forma de apropriação do espaço muito comum nas casas mineiras, justificando-se assim o seu reconhecimento enquanto exemplar da arquitetura genuinamente mineira.

A partir da adaptação da planta baixa do casarão, como construído em 1883, ao sistema de *nodes* é possível perceber de que maneira o espaço é organizado para separar os *outsiders* (visitantes, escravos, pessoas que não pertencem ao núcleo familiar branco em geral), dos *insiders* através da separação entre os andares sem ligações. O pavimento superior corresponde a um local de acesso privado, onde apenas os moradores e visitas íntimas podiam frequentar, o local privado à família. Embora a privacidade da própria família não possuísse a mesma designação da privacidade nos termos modernos, visto que os quartos são ligados através de portas e o acesso não é restrito por fechaduras. O pavimento inferior corresponde ao local de acesso público, onde visitas tinham maior acesso e o convívio social era realizado, sendo isso também evidenciado pelas inúmeras entradas e formas de contato neste piso.

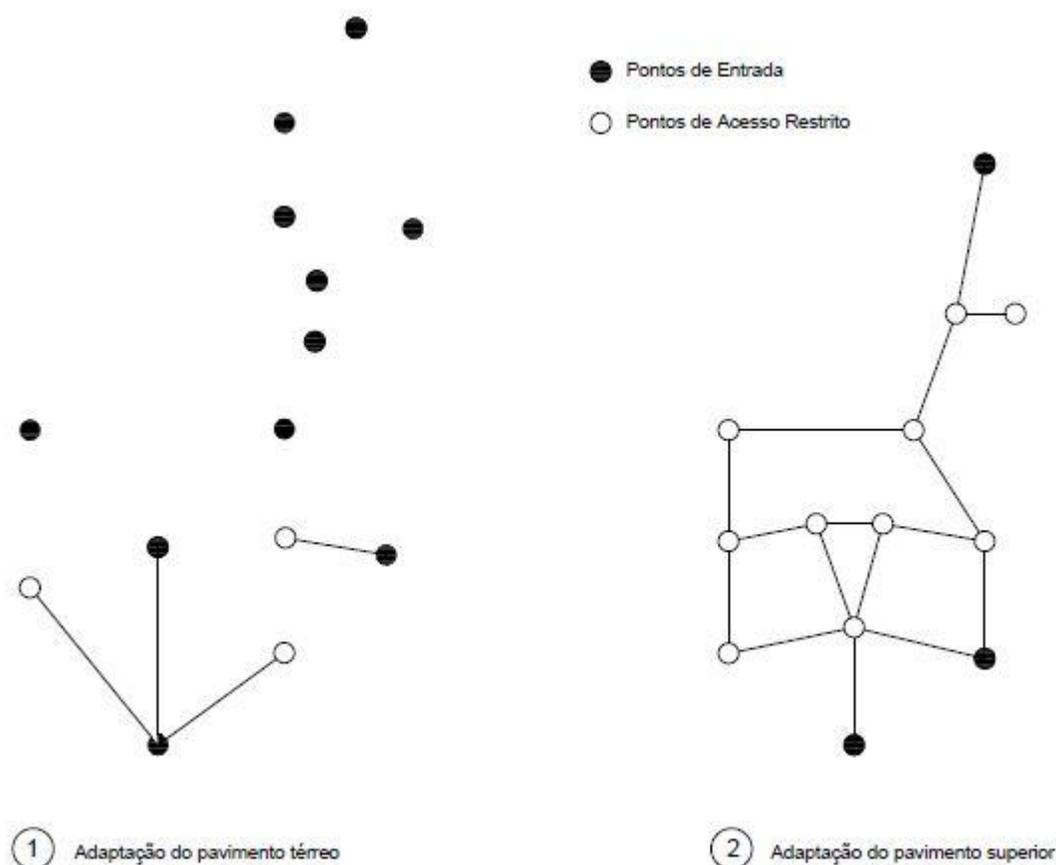


Figura 2: Adaptação da planta dos pavimentos térreo (1) e superior (2) ao sistema de “nodes”

De Fazenda a Museu: os diferentes usos do casarão

Foram diversos os usos e mudanças de proprietários do casarão no período compreendido entre 1896 e 1939, de acordo com a documentação encontrada, aqui apresentamos um resumo de forma esquemática.

1896-1898 – O casarão tornou-se sede do 3º campo de demonstração instalado pela Diretoria Geral da Agricultura, Viação e Indústria do Governo do Estado de Minas Gerais, onde foi estabelecido um viveiro de plantas e sementes. Segundo relatórios desta diretoria, foram executados diversos trabalhos preparativos do campo, como limpeza, preparação do solo, reparação do córrego do Leitão, cercas e consertos das estradas. Várias culturas foram

implementadas: café, milho, feijão, trigo, aveia, batata-doce, vinhas, inhame e cana-de-açúcar e alfafa. O relatório se refere também a uma cultura de café de quatro hectares já existente e encontrada em abandono numa capoeira esquecida.

Os campos de demonstração funcionaram até junho de 1898, sendo extintos definitivamente em virtude de um decreto de 4 de outubro do mesmo ano, que reorganizava o ensino agrícola no Estado. A casa, o terreno e os utensílios do extinto campo de demonstração passaram a servir para trabalhos do arquiteto e paisagista Paul Villon, contratado pela Comissão Construtora da Nova Capital para a elaboração dos parques e jardins. Villon montou dois viveiros, sendo um para floricultura, e outro para a arborização de praças, ruas e avenidas da cidade de Belo Horizonte.

1899-1914 – O presidente do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, criou colônias agrícolas com o objetivo de aumentar a disponibilidade de produtos básicos para os moradores da capital, assim como para fixar os trabalhadores na região próxima. A área da Fazenda do Leitão se transformou na Colônia Afonso Pena. Os colonos recebiam lotes de aproximadamente seis hectares e dedicavam-se à produção de batata-inglesa, batata-doce, milho, feijão, capim e verduras. Muitos dos que ali trabalhavam eram imigrantes italianos. Em 1900, foram entregues à prefeitura quatro lotes dos 87 existentes, e outros cinco foram reservados por conterem matas e as cabeceiras das águas que abasteciam o núcleo.

A Colônia Afonso Pena foi emancipada em 30 de maio de 1914, estando paga a maior parte dos lotes, pelos colonos. Dez dos lotes ainda estavam vagos, apresentando pendência judicial por terem sido colocados como propriedades do Estado. Com sua emancipação, as áreas do entorno do Casarão receberam uma grande plantação de piteiras para uma fábrica de artefatos de fibra desta planta, propriedade do português Antônio Dias.

1914-1939 – O Governo do Estado de Minas Gerais doou ao Governo Federal a Fazenda do Leitão em 21 de outubro de 1914. Segundo o contrato, foi transferido ao Estado o aproveitamento das folhas de piteira existentes no terreno. A doação tinha o objetivo de instalar um posto de observação e uma enfermaria veterinária. Em 1925, José Nunes, funcionário do Ministério da Agricultura, mudou-se com sua família para o Casarão, nele permanecendo até setembro de 1939. A prefeitura de Belo Horizonte, em 18 de novembro de

1938, adquire do Governo Federal os terrenos do antigo posto veterinário para a edificação do bairro Cidade Jardim.

Todas estas alterações de usos deixaram marcas na edificação que alteraram irreversivelmente vários materiais constitutivos de sua estrutura original. Uma imagem fotográfica localiza no acervo do Museu Histórico Abílio Barreto mostra o estado do Casarão naquela época, sendo interessante notar os novos cômodos agregados que foram construídos como adaptações construtivas às novas necessidades.



Figura 3: Foto da antiga sede da Fazenda do Leitão (1935-1939) retirada do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto

Considerações Finais

“[...] mas a principal lição que podemos tirar de qualquer exame, exaustivo ou breve, é que os prédios onde os museus se encontram instalados

representam, eles mesmos, a conjuntura e o projeto político da sociedade que lhes deu origem” (BITTENCOURT, 2004).

Diante do exposto, a relação entre patrimônio, memória e construção da identidade nacional são linhas tênues, fios que se enrolam e desenrolam seguindo lógicas e discursos distintos e, muitas vezes, essa relação é invisibilizada para atender a objetivos específicos. O presente trabalho também evidenciou os diversos usos que foram dados ao casarão durante o período de sua vida – 1883 até o presente – e consideramos importante demonstrar de que maneira a construção se adequou a estas diferentes realidades às quais ela se (re)produzia.

Durante o período de sua construção o Casarão se consumou como uma grande novidade, seja pelo estilo inovador de dois patamares ou pelo local simbólico de poder que ocupava na mente dos habitantes da região, ele também se localizava na parte mais alta das adjacências, o que lhe conferia capacidade de vigiar a tudo e a todos, a exemplo da pan-óptica de Foucault (FOUCAULT, 2008). Posteriormente, quando foi tratado como campo de testes pelo Governo Federal, a concepção mudou para uma estrutura exemplar, não em referência ao estilo, mas às ideias que ali estavam sendo implantadas que criavam um modelo para outras regiões do Brasil.

Em 1899, quando foi transformado em colônia para receber a mão de obra imigrante, os terrenos nos limites do Casarão deveriam parecer, aos olhos dos que aqui chegaram, como um recomeço, novas oportunidades de vida que passavam pela esperança e pela fé no trabalho. O Casarão em si, adquiria história: a concepção de uma relíquia do passado a muito deixado para trás. Em 1914, quando transformado em posto veterinário, o Casarão simbolizava, aos olhos daqueles que precisavam de seu serviço, um lugar de ajuda. E quando, no final da década de 1930, houve o planejamento da implantação de um bairro moderno Casarão, o *Cidade Jardim Fazenda Velha*, o local ganhava um imenso valor emblemático frente ao caos que o cercava.

A escolha do sítio da Fazenda Velha do Leitão, com seu casarão – uma construção semiarruinada, mas existente – como local da instalação do Museu, relacionava-se com a busca do passado que, na época de sua instalação, era empreendida em nível nacional. Tratava-se do “único prédio inalterado existente do antigo arraial” (BARRETO, 1955). Assim, o sítio da Fazenda Velha resolvia um problema que parecia perturbar a consciência dos líderes

políticos do tempo: encontrar ligações visíveis e materiais com o passado que se construía, de modo sistemático, para a nação.

A princípio, a linha de acervo proposta por Abílio Barreto, na implantação do Museu Histórico de Belo Horizonte, estava direcionada às relíquias do passado da cidade, ou seja, a bens derivados da época do arraial do Curral Del Rey. Posteriormente, o projeto de restauração de Sylvio de Vasconcellos, arquiteto do IPHAN, estava sintonizado com a linha de acervo proposta por Barreto e tinha o claro objetivo de resgatar a estética do Casarão enquanto sede da Fazenda do Leitão. Nesta restauração, Vasconcellos privilegiou a apreciação estética desse bem cultural em detrimento das novas marcas deixadas por sua história, já que todos os cômodos agregados foram removidos, apesar de terem sido testemunhas dos usos e histórias.

Vasconcellos, ao substituir a estrutura de pau-a-pique por tijolo queimado nas paredes externas das fachadas laterais e posteriores do Casarão, tentou garantir a maior durabilidade da obra em troca de sua “verdadeira” existência. Ou seja, a história que vai ser contada é aquela do Grande Casarão Colonial – com letras maiúsculas –, que representa a dominação branca, masculina e capitalista; em troca de mostrar as transformações e adaptações que a casa sofreu para se adaptar a seus diversos usos ao longo dos anos.

Outra preocupação de Vasconcellos foi a adaptação do Casarão à sua nova funcionalidade. Para isto, criou um acesso interno do primeiro ao segundo pavimento, que não havia originalmente, e criou no terreno atrás do Casarão (onde originalmente se localizava a senzala) um anexo para abrigar objetos de grande porte em exposição.

E assim, atualmente, em decorrência da implantação do bairro e da transformação do Casarão em museu – como um local a ser celebrado pelas lembranças –, a beleza do edifício purifica as tensões ambientais existentes, convidando os transeuntes para um passeio entre o antigo e o moderno, numa articulação entre a herança histórica e a centralidade que o bairro hoje adquiriu para a cidade.

Bibliografia

BARMAN, Roderick J. In: Roderick J: *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825–1891*. Stanford: Stanford University Press.



- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte; memória histórica e descritiva; história antiga*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- BEAUDRY, Mary C.; Cook, Lauren J; Mrozowski, Stephen A. *Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social*. In: "Vestígios" volume 1, número 2. Belo Horizonte, 2007.
- BITTENCOURT, José Neves. *O sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943-2000*. In: *Reinventando o MHAB. O museu e seu novo lugar na cidade 1993 – 2003*. Organização Thais Velloso Pimentel. Belo Horizonte, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice* translated by R. Nice. Cambridge, 1977.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Organização: Roberto Machado. Editora Graal. São Paulo, SP, 2008.
- JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte, Mimeografado, 2004.
- MATOS, Cordelina Silveira. *Fazendas antigas de Belo Horizonte*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 1977.
- PERDEZOLI, Aurora. *Uma releitura*. In: MHAB: 60 anos de história. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto, 2003.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. *Questions rather than answers: reply to comments on archaeology into the 1990s*. (1989): 42-54.
- SOUZA, Marcos André Torres, 2007. *Uma outra escravidão: A paisagem social do engenho de São Joaquim, Goiás*. In: Vestígios Volume 1, Número 1. Belo Horizonte, 2007.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1965.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade; ensaio de caracterização*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1968.
- WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. EDUSP, 2005.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires*. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

